

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 05 Setembro – Outubro 2024

Índice

| | |
|----|--|
| 03 | Ação no jogo entre Bahia e Flamengo chama atenção para a educação inclusiva na Bahia |
| 04 | Diagnóstico aponta desafios na estruturação dos conselhos municipais de educação na Bahia |
| 05 | MPBA implanta projeto de educação inclusiva no Município de Guanambi |
| 06 | Projeto do MPBA leva educação inclusiva a escolas do interior do estado |
| 07 | MPBA e SMED se reúnem para discutir Educação Inclusiva |
| 08 | Após acordo com MEC, Conselho Nacional de Educação aprova mudanças para educação de crianças com autismo |
| 09 | REUNIÕES DO CEDUC |
| 10 | LEIS E DECISÕES NA EDUCAÇÃO |

Ação no jogo entre Bahia e Flamengo chama atenção para a educação inclusiva na Bahia

“Todas as escolas são para todos os alunos” foi a mensagem levada pelo Ministério Público da Bahia minutos antes do início da partida



Uma mensagem especial marcou o jogo entre Bahia e Flamengo no dia 5 de outubro, minutos antes do início da partida pelo campeonato brasileiro na Arena Fonte Nova, que recebeu mais de 43 mil espectadores. Duas faixas com a frase "Todas as escolas são para todos os alunos" foram exibidas no gramado, entre os jogadores, durante a execução do hino. A ação faz parte do projeto "Educação Inclusiva", desenvolvido pelo Ministério Público da Bahia, e teve o apoio da Federação Bahiana de Futebol (FBF) e do Esporte Clube Bahia. Fonte: Imprensa MPBA.

O procurador-geral de Justiça Pedro Maia, chefe do MP baiano, esteve presente ao estádio e participou da ação ao lado do promotor de Justiça Adriano Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), e de representantes da FBF e do Bahia. (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

Diagnóstico aponta desafios na estruturação dos conselhos municipais de educação na Bahia

Dados foram apresentados na sétima edição do seminário do projeto 'Saber Melhor' que segue até amanhã



O projeto de educação inclusiva, que prevê a sensibilização da comunidade escolar e capacitação de professores para atendimento adequado às demandas de alunos com deficiência, foi apresentado pelo Ministério Público estadual para adesão pelo Município de Guanambi no dia 23 de janeiro.

Segundo o gerente do projeto, promotor de Justiça Adriano Marques, a iniciativa aborda a temática de forma intersectorial, envolvendo as áreas de educação, saúde e assistência social do Município para gerar resultados efetivos.

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), o promotor de Justiça Adalvo Dourado destacou a relevância do projeto, que já foi implantado no município de Cruz das Almas e tem alcançado resultados positivos. A promotora de Justiça da comarca, Lívia Rocha também participou da reunião, que foi proposta pela promotora de Justiça de Guanambi, Tatyane Caires. Ela ressaltou a necessidade da temática da educação inclusiva ser olhada de forma global, envolvendo diversas áreas do Município para trazer resolutividade às situações. “Esta atuação do MP no âmbito coletivo muda a realidade das cidades”, registrou Tatyane Caires.





MPBA implanta projeto de educação inclusiva no Município de Guanambi



O Ministério Público do Estado da Bahia implantou no dia 19 de setembro, no Município de Guanambi o projeto “Educação Inclusiva – Todas as escolas são para todos os alunos”. O lançamento do projeto ocorreu na sede da Câmara de Vereadores do Município e contou com a presença das promotoras de Justiça Cintia Guanaes, gerente do ‘Educação Inclusiva’, e Tatyane Miranda; além de profissionais da área de educação e servidores da Escola Municipal Enedina Costa de Macedo, que será a unidade piloto para a implantação do projeto. A programação do evento contou com palestras e oficinas ministradas pela equipe técnica do projeto, a psicomotricista Edinei Garzedin e a pedagoga do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc), Iracema Lemos.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

Projeto do MPBA leva educação inclusiva a escolas do interior do estado

Em Cruz das Almas, onde foi implantado o projeto piloto, Levi Silva foi o primeiro dos atuais 615 estudantes com deficiência contemplados



Em 2015, aos seis anos de idade, Levi Silva teve sua matrícula negada em uma escola na localidade de Boca da Mata, que fica na zona rural do município de Cruz das Almas, recôncavo sul baiano. A justificativa da direção da unidade escolar foi que não havia professores especializados no ensino para crianças com deficiência e que o espaço não era ‘adaptado’ para Levi. “Saí da escola achando que era isso mesmo, que crianças com deficiência deveriam ficar em casa com seus pais”, afirmou a mãe do garoto Jucileide Conceição da Silva. Dias depois, inconformada, Jucileide pesquisou na internet e encontrou casos semelhantes ao do seu filho, além de ter encontrado orientações do Ministério Público do Estado da Bahia. A Instituição alertava que, em caso de negativa de matrícula, os responsáveis pelo estudante deveriam denunciar o caso ao MP. Jucileide voltou novamente na escola, teve outra negativa, e daí resolveu procurar a Promotoria de Justiça em Cruz das Almas. [Veja material especial.](#)

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

MPBA e SMED se reúnem para discutir Educação Inclusiva



No dia 30 de outubro, o Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CEDUC), se reuniu com a Secretaria Municipal de Educação de Salvador para discutir a Educação Inclusiva e a participação do município no Projeto Todas as Escolas São para Todos os Alunos. O projeto propõe uma abordagem em três fases para a inclusão de estudantes com deficiência, que inclui a conscientização da comunidade escolar sobre a importância da educação inclusiva, a formação de uma equipe multidisciplinar de inclusão, e a capacitação de docentes para a realização de anamnese, elaboração de PDI e avaliação devolutiva de alunos com necessidades educacionais especiais. Estiveram presentes na reunião a promotora de justiça e gerente do projeto, Cíntia Guanaes; o promotor de justiça da educação da capital, Tiago Quadros; o coordenador do CEDUC, Adriano Marques; o secretário municipal de educação, Thiago Dumas; a subsecretária, Isabela Loureiro; a presidente do Conselho Municipal de Educação, Adenildes Teles; a diretora pedagógica da SMED, Cátia Verônica; a gerente de gestão escolar, Patrícia Moura; a procuradora do município, Catarina Santana; a gerente de Inclusão e Diversidade, Daniela Fernanda da Hora Correia; e a coordenadora de Educação Inclusiva, Patrícia Anacleto.

Fonte: CEDUC



Após acordo com MEC, Conselho Nacional de Educação aprova mudanças para educação de crianças com autismo



O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 05 de novembro um parecer com novas diretrizes para a educação de crianças com autismo. A nova orientação do CNE — que é apenas consultiva, mas tem peso entre os sistemas de educação — defende a formulação de um estudo de caso para cada estudante com autismo. Esse documento é um diagnóstico que vai descrever se o aluno está adaptado à escola, como é a relação dele com colegas, professores e a família.

Esse estudo de caso vai ser a base para a formulação de um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e um Plano Educação Individualizado (PEI). Esses dois documentos já existem em sistemas educacionais fora do Brasil, mas são novidades no país.

Fonte: oglobo.globo.com [Leia na íntegra](#)

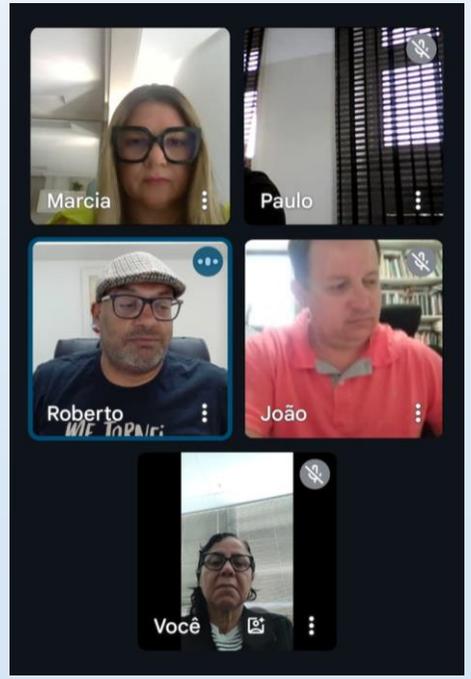
REUNIÕES DO CEDUC

Reunião com o Conselho Estadual de Educação – Tema: bullying



Reuniões com Conselhos Municipais de Educação

Reunião com CEE BA



Reunião com o MEC – aplicativo Educação Inclusiva



Reunião em Cruz das Almas – Educação Inclusiva





LEI Nº 14.986, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. [Leia na íntegra](#)

LEI Nº 14.988, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024

Institui a Semana Cultural Interescolar nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. [Leia na íntegra](#)

Diversidade de pontos de vista marca audiência pública sobre escolas cívico-militares no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, no dia 22 de outubro a audiência pública que debateu o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo.

[Leia na íntegra](#)

LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional. [Leia na íntegra](#)

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Pedro Maia Souza Marques

CEDUC
Coordenador
Adriano Freire de Carvalho Marques

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabete Alves Silva Ferreira
Iracema dos Santos Lemos
José Sergio Gomes da Silva
Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira
Luiz Gustavo Valente Veiga

Organização e Produção do Boletim
Elizabete Alves Silva Ferreira
Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira -
revisão

☐
☎ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

Índice

